



***CENTRO STUDI SEA***

ISSN 2240-7596

**aipsa** edizioni spa

# AMMENTU

---

**Bollettino Storico e Archivistico del  
Mediterraneo e delle Americhe**

**N. 5**

luglio - dicembre 2014

[www.centrostudisea.it/ammentu](http://www.centrostudisea.it/ammentu)

[www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

#### **Direzione**

Martino CONTU (direttore), Giampaolo ATZEI, Annamaria BALDUSSI, Manuela GARAU, Patrizia MANDUCHI

#### **Comitato di redazione**

Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Maria Luisa GENTILESCHI, Antoni MARIMÓN RIUTORT, Francesca MAZZUZI, Roberta MURRONI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Maria Elena SEU, Maria Angel SEGOVIA MARTI, Frank THEMA, Dante TURCATTI, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS, Franca ZANDA

#### **Comitato scientifico**

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastia SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España); Cecilia TASCA, Università di Cagliari (Italia)

#### **Comitato di lettura**

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

#### **Responsabile del sito**

Stefano ORRÙ

#### **AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe**

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA  
Via Su Coddu de Is Abis, 35  
09039 Villacidro (VS) [ITALY]  
SITO WEB: [www.centrostudisea.it](http://www.centrostudisea.it)

c/o Aipsa edizioni s.r.l.  
Via dei Colombi 31  
09126 Cagliari [ITALY]  
E-MAIL: [aipsa@tiscali.it](mailto:aipsa@tiscali.it)  
SITO WEB: [www.aipsa.com](http://www.aipsa.com)

E-MAIL DELLA RIVISTA: [ammentu@centrostudisea.it](mailto:ammentu@centrostudisea.it)

## **Sommario**

Presentazione	1
Presentation	3
Présentation	5
Presentación	7
Apresentação	9
Presentació	11
Presentada	13
<b>DOSSIER</b>	
<b>L'emigrazione italiana e portoghese in Brasile e altri Paesi dell'America Latina in età moderna e contemporanea</b>	<b>15</b>
a cura di Nunziatella Alessandrini e Martino Contu	
– NUNZIATELLA ALESSANDRINI MARTINO CONTU Introduzione	17
– PAOLA DOMINGO Conquistadores extranjeros en la Conquista del Paraguay (1536-1600)	21
– MARTA ORTIZ CANSECO La emigración de los judíos portugueses a América y la «complicidad grande» de 1634-1639	32
– JOÃO FIGUEIROA-REGO Os agentes do tabaco e a mobilidade ibérica. Brasil, Índias de Castela e conexões italianas (séculos XVII e XVIII)	41
– YARA FELICIDADE DE SOUZA REIS Antonio Landi: um arquiteto italiano na Amazônia pombalina	56
– ALICIA GIL LÁZARO VALENTINA TORRICELLI El asociacionismo italiano en América durante la gran oleada migratoria	70
– MARIANA CARDOSO RIBEIRO Direitos fundamentais em tempo de paz e de guerra. A repressão aos italianos durante o varguismo (1930-1945)	91
– ROBERTO PORRÀ Episodi della storia dell'emigrazione sarda in Brasile (1897-1910)	111
– MARTINO CONTU L'emigrazione in America del Sud da un piccolo paese della Sardegna centrale attraverso fonti scritte e orali. Il caso del comune di Sedilo	122
<b>Ringraziamenti</b>	<b>142</b>



## Antonio Landi: um arquiteto italiano na Amazônia pombalina<sup>1</sup>

Yara Felicidade de SOUZA REIS

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Brasil)

### Abstract

The neighborhoods called Cidade Velha and Campina, located in Belém a city in Pará's state, maintain on their streets and squares the beautiful architectural collection left by Antonio José Landi, an Italian architect who arrived in Pará in the year of 1753, he was hired by the Portuguese court in order to execute drawings of geographic letters and other subjects related to the Natural History. His coming to the Amazon had happened in a state political context undertaken by the minister D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, known as the "Marquês de Pombal", with the purposes of doing a wide boarder and territorial control, therefore creating an urbanization politics without any precedent in the colony territory. The work of Landi had a decisive influence on this action of the second half of the century, in Amazon.

### Keywords

Antonio Landi, Pombal's urbanism in the Amazon, XVIIIth century architecture, Pombal's Belém

### Resumo

Os bairros da Cidade Velha e da Campina, na cidade de Belém do Pará, conservam em suas ruas e praças o belo acervo arquitetônico deixado por Antonio José Landi, arquiteto italiano que no ano de 1753, chega ao Pará contratado pela corte portuguesa para executar desenhos de cartas geográficas e assuntos alusivos à História Natural. Sua vinda para Amazônia se insere no contexto de uma política estatal empreendida pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, com propósitos de realizar um amplo controle fronteiriço e territorial, gerando uma política urbanizadora sem precedentes na colônia. A obra de Landi teve uma influência decisiva nesta ação da segunda metade do século XVIII na Amazônia.

### Palavras chaves

Antonio Landi, Arquitetura do século XVIII, Urbanismo pombalino na Amazônia, Belém pombalina

## 1. Introdução

Coube a Antonio Landi, nascido em 1713, na cidade de Bolonha, executar uma obra extensa e singular na Amazônia da segunda metade do século XVIII, manifestando suas notáveis habilidades, nos mais diversos domínios das artes, em exemplares da arquitetura oficial, civil e religiosa, desenhando e projetando vilas para o interior da região e criando cenários efêmeros para ocasiões comemorativas oficiais.

Contratado pela corte portuguesa para desenhar cartas geográficas e assuntos referentes à História Natural, durante os trabalhos ligados à demarcação dos limites, entre Portugal e Espanha, acordada no Tratado de Madri, de 1750, sua obra deve ser entendida não no contexto isolado de ações pontuais, mas na conjuntura de uma ação política. Este artigo aborda um aspecto da atuação profissional de Antonio

---

<sup>1</sup> Este artigo amplia e modifica em vários pontos *O Arquiteto Antonio Landi no Contexto da Renovação Política e Cultural Pombalina*, publicado na «Revista Desígnio» (Annablume, São Paulo), n° 9, setembro 2009.

Landi, que chega ao Pará em 1753, juntamente com outros técnicos estrangeiros, para atuar e ser testemunha da dimensão do projeto político dirigido por Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1750-1777) e de seu decidido propósito de gerir a região amazônica no contexto de um projeto mais amplo de controle territorial e de suas fronteiras.

## **2. O desvendar do arquiteto e sua obra**

Durante sua permanência em Belém no ano de 1966, convidado para ministrar um curso na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Pará, Donato Melo Júnior<sup>2</sup>, arquiteto e então professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento da obra do italiano Antonio Landi, o inclui no programa da disciplina de Arquitetura no Brasil e se ressentiu do fato das realizações do arquiteto, e de sua trajetória na Amazônia, permanecerem esquecidas durante quase um século e meio.

O historiador Robert Smith<sup>3</sup> foi o primeiro a realizar estudos sobre Landi, resultando em publicação na cidade de Buenos Aires, no ano de 1951. No Brasil, dois anos mais tarde, Antonio Paul de Albuquerque<sup>4</sup> fez um breve artigo sobre a produção do arquiteto. Porém, a divulgação mais ampla de sua atuação viria através de Mello Junior<sup>5</sup>; primeiramente, chamando a atenção de seus alunos sobre as realizações do artista; em seguida, escrevendo artigos para revistas e jornais a partir do material recolhido em suas pesquisas. Dando continuidade às investigações ainda embrionárias, destacam-se as contribuições de Augusto Meira Filho<sup>6</sup> e Leandro Tocantins<sup>7</sup>. Desses estudos precursores é Meira Filho que dará um destaque maior ao vínculo que liga a produção artística de Landi na Amazônia ao projeto político colonial. O autor dedica um capítulo de sua obra ao período situado entre 1750 e 1780 no Pará, época em que se enquadra a administração pombalina, e o ilustra com uma iconografia formada por desenhos de autoria do arquiteto e de outros engenheiros presentes na região à época<sup>8</sup>.

## **3. Um projeto político para a colônia, a ação urbanizadora na Amazônia: o amadurecimento do debate.**

Portugal do século XVIII não pode ser dissociado da figura dominante do ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, que para muitos foi quem conduziu o governo português à época. A política colonial durante a segunda metade do século XVIII teria desdobramentos numa ação urbanizadora sem precedentes para o território brasileiro. Por um largo período essa ação, como parte da política pombalina, seria

---

<sup>2</sup> DONATO MELLO JUNIOR, *Antonio José Landi Arquiteto de Belém*, Grafisa, Belém 1973. Esta obra traz um levantamento sobre a obra de Landi no Pará e uma bibliografia comentada sobre o arquiteto.

<sup>3</sup> ROBERT SMITH, *El Palacio de los Gobernadores de Gran Pará*, em «Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas» (Buenos Aires), n° 4, 1951 e, do mesmo autor, *Antônio José Landi, Arquiteto italiano do século XVIII no Brasil*, em «Atas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», Lisboa 1960.

<sup>4</sup> ANTONIO PAUL DE ALBUQUERQUE, *Arquiteto Antonio José Landi*, em «Revista Habitat» (São Paulo), n° 12, setembro 1953.

<sup>5</sup> MELLO JUNIOR, *Antonio José Landi Arquiteto de Belém*, cit.; Id., *Barroquismo do Arquiteto Antônio José Landi em Barcelos e em Belém*, em «Barroco» (Rio de Janeiro), n° 12, 1982, pp. 99-115.

<sup>6</sup> AUGUSTO MEIRA FILHO, *O Bi-Secular Palácio de Landi*, Grafisa, Belém 1973 (a 1ª edição é de 1972) e *Antonio José Landi: O Arquiteto Régio de Bolonha*, Grafisa, Belém 1980; Id., *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*, Grafisa, Belém 1976.

<sup>7</sup> LEANDRO TOCANTINS, *Santa Maria de Belém do Grão Para*, Itatiaia, Belo Horizonte 1987.

<sup>8</sup> MEIRA FILHO, *Evolução Histórica de Belém*, cit.

pouco evidenciada nos estudos sobre o tema no Brasil, o que de alguma forma viria contribuir para que Landi e outros profissionais que estiveram na Amazônia não tivessem seus nomes diretamente associados a este projeto de grande amplitude, que recorreu ao espaço urbano como veículo de sua funcionalidade e de sua difusão ideológica.

Questões estratégicas e de segurança contribuíram para os fatores que centravam as atenções da nova administração na América. Durante a fase pombalina uma expedição formada em sua maioria por técnicos de origem estrangeira, e com especialidades diversas, engenheiros, astrônomos, matemáticos, geógrafos, fora recrutada na Europa para integrar a comissão incumbida da demarcação das fronteiras entre a América portuguesa e espanhola.

Uma característica marcante da gestão de Pombal se configuraria na obsessão pelo controle territorial, que viria a se materializar na fundação de vilas e lugares, proporcionando o povoamento de áreas vulneráveis, particularmente, nas regiões fronteiriças aos territórios espanhóis. No caso particular da criação da capitania de São José do Rio Negro (1768), com sede em Barcelos, na antiga aldeia de Mariuá, o objetivo estava associado às operações de Demarcação dos Limites, uma vez que a capitania abrigaria parte dos membros responsáveis pela delimitação das possessões no território sul-americano, trabalho a ser feito por duas comissões conjuntas. Gomes Freire de Andrade governador do Rio de Janeiro foi designado comissário português para o sul, e para o norte o próprio irmão de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que dividia esta função com a de governador do Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1759). Assim, o Tratado de Madri, assinado em janeiro 1750<sup>9</sup>, associado a outras medidas, assegurava as pretensões portuguesas na Amazônia. A falta de técnicos, em consequência do desmantelamento das escolas portuguesas pela Inquisição, levou a Coroa a fazer diligências para recrutamento do pessoal técnico-científico em outros países, de preferência católicos, ou que não estivessem em conflito com os lusitanos<sup>10</sup>.

A intervenção pombalina, reafirmando o domínio de Portugal sobre a Amazônia, teria se dado equipando militar, econômica e simbolicamente o foco urbano do então Estado do Grão Pará e Maranhão para conquista planejada de uma vasta região e controle de sua economia<sup>11</sup>.

Embora a importância desta discussão tenha sido demonstrada ainda na década de 1960, por Nestor Goulart Reis,<sup>12</sup> não houve a partir de então uma produção acadêmica sistemática que priorizasse tal apelo. Tendo dado início aos estudos sobre o urbanismo colonial português no Brasil, Goulart Reis reconheceu a importância do período pombalino como uma época de consolidação técnica e estratégica da política urbanizadora, adotada pelo governo português nos últimos anos do século XVII e na

---

<sup>9</sup> São delineadas preliminarmente as divisórias entre possessões das coras portuguesa e espanhola, no Tratado de Madri de 1750, e fixadas mais tarde, pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

<sup>10</sup> MAURO D. BONDI, AUGUSTO TITARELLI, *A Expedição das Demarcações: Notas de Viagem, em Amazônia Felsinea: Antônio José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, CNCDP, Lisboa 1999, p. 157.

<sup>11</sup> YARA FELICIDADE DE SOUZA REIS, *Afirmção da modernidade urbanística em Belém do Pará: da contribuição pombalina às novas exigências do esplendor da borracha, em Da sociedade moderna à pós-moderna no Brasil*, Annablume, São Paulo 2011, p. 48.

<sup>12</sup> NESTOR GOULART REIS, *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil. (1500/1720)*, Pioneira, São Paulo 1968. (tese de Livre Docência defendida na Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1964). Reeditado pela Pini Editora, no ano 2000.

primeira metade do século XVIII. Esta questão foi retomada e aprofundada pelo autor em trabalhos ulteriores<sup>13</sup>.

No que diz respeito às pesquisas específicas sobre a produção urbana pombalina no Brasil, compõem o quadro bibliográfico o estudo da pesquisadora norte-americana Roberta Marx Delson<sup>14</sup> sobre o planejamento de vilas no Brasil setecentista, e o trabalho de Maria Helena Flexor<sup>15</sup>, que estudou as formações urbanas na Bahia da segunda metade do século XVIII. Incluímos a abordagem de Meira Filho, citada anteriormente, e a pesquisa de Renata Malcher de Araújo<sup>16</sup> que trata da ação urbanística pombalina na Amazônia, vindo a contribuir com um extenso levantamento sobre o trabalho dos engenheiros militares presentes na Comissão Demarcadora, fazendo uma análise mais específica da obra de Landi na região, enfatizando o seu papel como técnico e artista, revelando grande parte de um acervo composto por desenhos, plantas, mapas, alguns inéditos, ou pouco conhecidos e estudados.

A partir da segunda metade dos anos 80 e década de 90 houve um encadeamento de pesquisas sobre o tema, algumas delas apresentadas como parte das comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal e por ocasião da Comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Fruto desses eventos *Amazônia Felsínea*<sup>17</sup> se destaca pela ampla literatura e teor dos estudos que reúne; numa publicação primorosa, contendo um rico material ilustrado, mostra o resultado de pesquisas realizadas por vários estudiosos, abrangendo a trajetória cultural e profissional do arquiteto, desde seu nascimento e formação acadêmica em Bolonha, às obras realizadas na Itália, Portugal e no Pará. Por fim, a obra de Isabel Mayer Godinho Mendonça<sup>18</sup>, que aprofunda aspectos ligados aos seus antecedentes na arte bolonesa da primeira metade do século XVIII, na estreita ligação com a Academia Clementina, sob a influência da família Bibiena, particularmente na montagem de cenografias efêmeras, e os resultados aplicados na Amazônia pombalina.

#### 4. A arquitetura perene e a efêmera: os cenários de Landi que conferem identidade ao projeto político.

Entre as decisões mais contundentes do governo para a região está a mudança da sede do poder em 1751, da cidade de São Luis para Belém. A transferência da capital do norte para Belém, no Estado do Grão Pará e Maranhão - anteriormente denominado de Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luis, é o marco que inaugura a atuação pombalina na Amazônia. A instalação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) veio dar destaque ao porto de Belém, com os embarques e desembarques, e que entre outras finalidades, viria favorecer o

---

<sup>13</sup>Id., *Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil*, em *Barroco: Teoria e Análise*, Perspectiva, São Paulo 1997 (Este trabalho foi apresentado no II Congresso do Barroco realizado na cidade de Ouro Preto em 1989: *Urbanismo no Brasil. Séculos XVI-XVIII*, em *De Teotihuacán à Brasília. Estudos de História Urbana Iberoamericana y Filipinas*, Instituto de Estudios de Administración Local, Madrid 1987, pp. 352-369.

<sup>14</sup> ROBERTA MARX DELSON, *Novas Vilas para o Brasil - Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVII*, Alva-Ciord, Brasília 1997.

<sup>15</sup> MARIA HELENA OCHI FLEXOR, *Núcleos urbanos planejados do século XVIII*, em *Cidade, história, cultura e arte*, "Atas do V congresso de história da arte", ECA, USP e FAPESP, São Paulo 1993.

<sup>16</sup> RENATA MALCHER DE ARAÚJO, *As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*, FAUUP, Porto 1998. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1992.

<sup>17</sup> *Amazônia Felsínea. Antônio José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, CNCDP, Lisboa 1999.

<sup>18</sup> ISABEL M. GODINHO MENDONÇA, *Antônio José Landi (1713/1791). Um artista entre dois mundos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2003.

escoamento dos produtos agrícolas e o comércio com as províncias espanholas fronteiriças e entre as capitanias do Pará e Mato Grosso.

Belém torna-se capital e o palco onde Landi manifestaria toda sua genialidade de maneira mais incisiva. A amplitude de sua obra pelos efeitos de seus traços nas construções e nas realizações de caráter cenográfico e efêmero evidencia uma sintonia com os anseios da política de Pombal, e concebe a cidade com uma exterioridade apropriada a sua nova condição de sede do Estado. No exercício de suas atividades como arquiteto, gravador, pintor de quadratura, criador de retâbulos e estuques decorativos, emprestou ao espaço urbano uma feição que viria representar a capital recém criada.

A obra por ele produzida foi analisada por Renata Araújo<sup>19</sup> fundamentalmente nas relações que estabelecia com o traçado urbano e abordada como um braço importante para efetivação da ação pombalina no âmbito da criação de um cenário para a capital. Essa questão doa um sentido específico a sua presença e permanência na cidade, a quem coube, mais do que a qualquer outro profissional que estivera no Pará na segunda metade do século XVIII, o cumprimento de um papel claramente identificado com as pretensões políticas daquele momento para região. Landi nunca mais retornou a Itália. Quando em 1761 foi ordenado seu regresso a Lisboa, o governador Mello e Castro solicita a permanência do arquiteto no Pará alegando a necessidade de sua participação em diversas obras que se realizavam na cidade e o casamento com a filha do sargento - mor João de Sousa de Azevedo<sup>20</sup>.

Contribuíram nesse sentido, as relações que se desenvolveram entre o arquiteto e o irmão de Pombal, Mendonça Furtado; inicialmente hostis, por parte do governador, evoluíram no sentido da admiração e reconhecimento profissional, e Landi que fora contratado como desenhador passou a «arquitecto régio»<sup>21</sup>.

Os investimentos aplicados na cidade foram no sentido de enaltecer sua imagem como tal. Uma abordagem que Araújo faz nesse aspecto se refere à intenção de “monumentalizar” o espaço urbano da capital, que corresponde à lógica do urbanismo de Pombal, onde a cidade submete a arquitetura às suas razões. Em Belém, a imagem monumental para a capital do Estado esteve submetida à lógica pragmática do fazer construir, de maneira que a cidade pudesse dar no seu conjunto a leitura dos investimentos do poder<sup>22</sup>.

Nesse sentido a questão da monumentalidade em Belém foi analisada pela autora sob uma ótica que reforça a estreita relação entre espaço urbano e poder de estado. Seu foco se dirige para as obras religiosas e parte da arquitetura oficial<sup>23</sup>.

A actuação de Landi em Belém, trabalhando de forma monumental a quase totalidade dos edifícios religiosos da cidade, provocou uma mudança da sua escala volumétrica e de seu perfil urbano. Só por esse aspecto podemos, de certo modo, assumir a “monumentalização” da cidade, em especial, no contexto da definição da sua imagem (...). No entanto, a ‘cidade-monumental’ que se projecta em Belém, não se manifesta apenas enquanto somatório dos edifícios de Landi. Mas estes inserem-se na cidade criando relações monumentais com o tecido urbano<sup>24</sup>.

---

<sup>19</sup> MALCHER DE ARAÚJO, *As cidades da Amazônia*, cit. Ver em especial Parte II capítulo IV.

<sup>20</sup> ISABEL M. GODINHO MENDONÇA, *Antonio Landi e a Festa Barroca na Amazônia*, em *Amazônia Felsínea. Antônio José Landi: itinerário artístico e científico*, cit., p. 283.

<sup>21</sup> ARAÚJO, *As cidades da Amazônia*, cit., p. 230.

<sup>22</sup> Ivi, pp. 230-231 e 246.

<sup>23</sup> Ivi, Ver parte II, capítulo IV.

<sup>24</sup> Ivi, p. 231.

As obras monumentais integraram o projeto político pombalino efetivado na segunda metade do século XVIII. O arquiteto régio foi seguramente o mais notável entre os profissionais que chegaram ao Pará, enquanto membro da expedição para Demarcação dos Limites e autor de inúmeras construções que compunham este cenário formado por igrejas e parte da arquitetura oficial. Entre as obras de sua autoria está o Palácio dos Governadores (1767-1771). Nas construções religiosas trabalhou de forma parcial, em obras já existentes, como nas Igrejas das Mercês, do Carmo e da Sé, tendo uma atuação significativa nas fachadas destes templos. As Igrejas de Santa Ana e de São João Batista foram concebidas integralmente pelo arquiteto<sup>25</sup>.

João André Schwebel, Henrique Galluzzi, Domingos Sambucetti, Felipe Sturm, engenheiros da expedição, ligam-se à intervenção pombalina com trabalhos nas regiões interiorizadas. Das incursões realizadas pelos técnicos aos lugares mais longínquos da Amazônia, resultaram uma vasta iconografia, construções e projetos, diários e descrições de viagens.

Landi deixou registros importantes em suas viagens às vilas do interior do estado, como os projetos das igrejas de Igarapé Mirim e Cametá. Entretanto, o volume de trabalho em Belém exigiu sua permanência na capital durante um largo período, já que a execução de projetos, construções e atuações em reformas de edificações, ficaram sob sua responsabilidade.

Um outro repertório de «encenação do poder» que também diz respeito à formação de Antonio Landi e complementa o caráter hábil de sua atuação na cidade, o liga fortemente a sua origem como membro da Academia Clementina, fundada em 1710 e atuando na formação de artistas especializados na criação de aparatos efêmeros e composições cenográficas para as cortes européias; tradições mantidas durante três gerações por membros da Academia, pertencentes a família Bibiena, da qual Landi foi aluno e membro eleito em 1743<sup>26</sup>. Trata-se da elaboração de festas com encenações e efeitos cenográficos idealizados pelo arquiteto para celebrar por meio da suntuosidade efêmera passagens importantes e caras à região, e reverenciar ao governo português.

Dois episódios conhecidos são associados a essa particularidade de sua trajetória profissional. Para comemorações realizadas em Barcelos no ano de 1756, na véspera e no dia de Santa Ana, houve uma procissão noturna

com assistência de todos os padres das missões carmelitas vizinhas, num cenário invulgar: a povoação, o rio Negro e a selva iluminaram-se com a passagem de uma imensa jangada, centrada por um torreão rodeado por quatro pirâmides, e decorada com luzes refletidas na água, arrastada por uma grande canoa com músicos. Ao passar em frente à casa do Governador foram disparadas salvas de tiros. No dia seguinte, pela manhã, celebrou-se uma missa solene com assistência do Governador e de todos os oficiais, em fardas de gala, seguindo-se um lauto almoço, oferecido pelo pároco, Frei José Madalena. De noite repetiu-se a procissão no rio Negro<sup>27</sup>.

O casamento da princesa do Brasil, D. Maria, com o infante D. Pedro, realizado em Lisboa, a 6 de junho de 1760, contou com aparatos incomuns realizados em Belém. Os festejos, organizados por Landi e por membros da Comissão de Demarcações contaram com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, ocorrendo entre os meses de setembro e novembro, com missas solenes, banquetes para os

---

<sup>25</sup> *Ibidem*. Ver parte II, capítulo IV.

<sup>26</sup> Ivi, p. 230 e MENDONÇA, Antonio Landi e a Festa Barroca na Amazônia, cit., p. 281.

<sup>27</sup> Ivi, pp. 245-246 e Ivi, p. 274.

habitantes da cidade, ceias e baile de máscaras. Entre os locais escolhidos para as comemorações estavam as Igrejas das Mercês e da Sé com suas praças iluminadas e fogos de artifícios. Ricos panejamentos decoravam a Igreja das Mercês, recorrendo-se segundo Antonio Brunelli, a uma tradição bolonhesa, «La chiesa stava adornata alla nostra moda di Italia, di sorte che non si vedava um palmo di muro»<sup>28</sup>.

Para Isabel Mendonça,

«O contributo de Landi para a festa barroca na Amazônia setecentista é pois bastante revelador de toda uma tradição cultural bolonhesa na criação de aparatos festivos efêmeros com forte peso cenográfico que o artista transpõe com grande imaginação para as diferentes condições de um ambiente equatorial».

A autora avalia que a participação de Landi na «criação das máquinas efêmeras» em Barcelos e Belém demonstra uma perfeita integração do cidadão bolonhês na sociedade luso-tropicalizada de Belém do Pará<sup>29</sup>.

Outros cenários foram sendo erguidos até às primeiras décadas do século XIX, como os sobrados rua da Praia, identificados com um segmento social cuja as atividades voltavam-se para o comércio decorrente da atuação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Este cenário mais exposto, por situar-se em frente ao rio, na área do cais, era modesto nos seus detalhes decorativos, mas não menos imponente que aquele situado na parte interior da cidade (formado pelas igrejas, palácios e residências particulares e com significativa participação de Antonio Landi). Embora não se tenha indícios que comprovem a participação de Landi na sua elaboração, isso nos parece muito provável<sup>30</sup>.

##### **5. Na *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, o encontro com Antonio Landi: o acervo resultante do convívio entre dois cientistas na Amazônia.**

A expedição científica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil, em fins do século XVIII, deixaria um rico acervo iconográfico composto por registros diversos e desenhos de obras arquitetônicas, especialmente de vilas e cidades da região norte do Brasil. No plano de ações do Estado a *Viagem Filosófica*, como ficou conhecida, teve destaque neste contexto, percorrendo o então Estado do Grão Pará e Maranhão, seguindo para o Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre os anos de 1783 e 1792, e não por acaso, em áreas consideradas pontos-chaves no âmbito da estratégia política, quando se tratava das posses lusas e espanholas.

Da chegada dos técnicos da Comissão Demarcadora dos Limites (em 1753) ao início da Expedição de Ferreira (em 1783) 20 anos se passaram, e embora Pombal não estivesse mais no poder e Portugal estivesse sob um novo reinado, as diretrizes políticas de influência pombalina ainda se faziam presentes pelo menos em assuntos político-estratégicos. Sobretudo se levarmos em conta o impasse entre os países ibéricos em relação à garantia de posses, assim como o fato de Martinho Melo e Castro, importante personagem do quadro político do reinado de Maria I, ter ocupado anteriormente o mesmo cargo de secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos, substituindo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, após sua morte.

---

<sup>28</sup> Ivi, pp. 273-283.

<sup>29</sup> Ivi, pp. 282-283.

<sup>30</sup> YARA FELICIDADE DE SOUZA REIS, *Urbanismo em Belém na segunda metade do século XVIII*, tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de 1999-2005 (orient.: prof. Nestor Goulart Reis), pp. 88-121.

Ferreira e Landi conheceram-se no Pará. Landi é designado pelo ministro Martinho Melo e Castro para acompanhar a expedição filosófica, como desenhador de mapas, logo após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) e a organização da segunda comissão que deveria dividir a América do Sul. Na avaliação de Augusto Meira Filho, a assinatura do Tratado e o interesse português na bacia amazônica foram responsáveis pela união do que considera «duas das mentes mais perspicazes a serviço do império português no século XVIII, Antonio Landi e Alexandre Rodrigues Ferreira»<sup>31</sup>.

Ainda no entender de Meira Filho, Antonio Landi foi ao Pará contratado não apenas como desenhador e arquiteto, mas como naturalista, e em não se podendo afirmar que tivesse uma formação de zoólogo ou botânico, impediu-o de ficar conhecido como naturalista, além do fato ser arquiteto, profissão que «suplantou e encobriu a sua aptidão para as ciências naturais». O autor avalia que, apesar disso, não tem dúvidas em acreditar que o arquiteto possuía bons conhecimentos sobre as ciências naturais, e uma aguda observação para as minúcias de particularidades que caracterizam uma espécie animal e vegetal, além de ter demonstrado aptidão ao focar no papel as formas vivas da natureza amazônica e enquadrá-lo entre os primeiros naturalistas que estudaram e figuraram alguns elementos de fauna e flora do vale amazônico<sup>32</sup>.

A condição de imigrante limitava sua atuação profissional, uma vez que, a presença de técnicos estrangeiros gerava desconfianças do governo português, à eles cabendo, segundo a ótica oficial, as tarefas menos importantes, e aos portugueses, as ações políticas sobre as demarcações.

É o que evidencia o trecho de uma de suas instruções secretas de 1751 dirigida a Gomes Freire de Andrade, nomeado comissário português para a demarcação na região sul. Dizia o ministro: «(.....) encarregue vossa senhoria os portugueses de tudo o que pertencer à substância do negócio, qual é a demarcação de que se vai tratar, e encarregue aos estrangeiros o que pertencer à curiosidade e à erudição, como são a história natural do país e as observações físicas e astronômicas, que respeitam ao adiantamento das ciências»<sup>33</sup>.

O envolvimento do arquiteto com as ciências naturais trouxe à tona interesses comuns que devem ter contribuído para a aproximação e convivência entre os cientistas durante a permanência em Barcelos, por conta da participação de ambos nos trabalhos oficiais da demarcação dos limites.

Quando Antonio Landi estava no ocaso de sua vida, chegou a Belém em setembro de 1783 o célebre naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, o qual chefiava a importante Expedição Filosófica- Natural pelas terras da Amazônia e Mato Grosso. Parece que, desde muito cedo, Rodrigues Ferreira tornou-se amigo e grande admirador do insigne arquiteto e naturalista. Pela documentação existente deduz-se que ambos devem ter conversado muito sobre os trabalhos e a obra que Landi realizara no cenário urbanístico de Belém. Indagou também sobre as atividades na exploração dos rios quando esteve a serviço da comissão demarcadora de limites nos idos de 1753 e seguintes. É quase certo que Rodrigues Ferreira tenha também

---

<sup>31</sup> JOSÉ PAULO M. SOARES E CRISTINA FERRÃO, *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira. A expedição Filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*, Kapa Editorial, Rio de Janeiro 2006, p. 20.

<sup>32</sup> AUGUSTO MEIRA FILHO, *Landi esse desconhecido (o naturalista)*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1976, p. 42.

<sup>33</sup> CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA NETO, nota de Introdução do livro de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, *Viagem Filosófica ao Rio Negro 1783-1792*, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro 1971, p. 18.

buscado informações com Landi a respeito da fauna e flora, o qual estudava o assunto mais de uma década. Alexandre Rodrigues Ferreira sabia que em 1783, ninguém estava mais bem capacitado para dar as melhores informações sobre a terra, os rios, as plantas, os animais, os índios, as cidades e as belezas arquitetônicas que ali se encontravam do que Antônio Landi<sup>34</sup>.

Na segunda viagem ao Rio Negro, Landi chegou à capital Barcelos em 24 de abril de 1784 e lá permanece durante quatro anos, até 1788, quando retorna à Belém depois de uma grave doença, falecendo em 1791.

Do material produzindo pela expedição ao longo de quatro anos, até outubro de 1787, consta que Ferreira enviou ao reino 94 caixões de madeira, 9 caixas de folhas de Flandres, 1 cilindro, 18 frisqueiras com 12 frascos cada, 17 barris e 4 gaiolas, bem como 94 estampas de paisagens, 82 animais e 388 de plantas<sup>35</sup>. Esse período de quatro anos coincide com o tempo em que o arquiteto permaneceu no Rio Negro. Isso abre possibilidades para especulações sobre a sua produção já estar incluída nessas remessas, e certamente com um grande volume de desenhos, dado o extenso período de permanência na região.

Landi fez doações de pranchas originais de arquitetura a Ferreira, embora isso não exclua a possibilidade de ter enviado anteriormente a Portugal, através do governo do Pará, seus desenhos de projetos e obras, mapas e paisagens da região. Ainda assim, a produção que o vincula a tarefa que executou junto à viagem filosófica deve ter sido extensa. O certo é que boa parte do acervo por ele produzido deve sua divulgação às ofertas que fez do material de sua autoria ao naturalista.

Alguns desenhos de edificações e projetos arquitetônicos foram executados pelos próprios desenhistas da expedição. Joaquim José Codina registrou sua habilidade e ilustrou os diários de viagens, assinando desenhos de excelente qualidade, feito das observações de obras arquitetônicas existentes em Belém, algumas delas executadas por Antonio Landi. Codina morreria no ano 1790, em um acidente durante a viagem.

## 6. Considerações conclusivas

A atuação de Antonio Landi, em Belém, desvenda muito do significado da ação pombalina na região; pela diversidade de sua ação e de sua obra, imponente e requintada, revela-se demonstrativo da extensão do projeto metropolitano naquele momento para a Amazônia. No alicerce das realizações que levariam a percepção de uma parte considerável do território colonial e até então incipientemente conhecido, estavam questões de fundo político-estratégicas. O processo gerado pela garantia de posses entre os países ibéricos, numa ação conjunta de fixação das fronteiras, permitiu incursões militares de prévio reconhecimento territorial e, com elas, a possibilidade de concentrar no espaço amazônico uma elite do conhecimento, difusora de um espólio cultural balizado em procedimentos técnicos e científicos.

A análise de sua obra ganha sentido especial quando percebida em seu conjunto; entendida não somente por sua qualidade projetual e pela surpreendente capacidade de gerir tantos projetos, muitos simultaneamente, numa região de condições climáticas adversas, com chuvas torrenciais ou então intermitentes em boa parte do ano, mas, em especial, pelo papel que lhe coube na transmissão de uma representação de eficácia política. A percepção da obra landiana, na relação que estabelece com o espaço urbano, abre possibilidades para que se explore nesse

<sup>34</sup> MEIRA FILHO, *Landi esse desconhecido (o naturalista)*, cit., pp. 43, 44.

<sup>35</sup> ÂNGELA DOMINGUES, *Viagens Científicas de Exploração à Amazônia de Finais do século XVIII*, em «Revista Ler História: Descobrimientos e Expansão» (Teorema, Lisboa), 1990, p. 21.

“jogo” o cerne de sua empreitada, na difícil tarefa de elaborar cenários efêmeros ou permanentes, compatíveis com as pretensões portuguesas, que então ambicionava um controle efetivo da região, e Belém então, torna-se a porta de entrada para um espaço que se pretendia definir politicamente.

Para exercer de maneira eficiente o controle do território colonial, recorreu-se aos serviços dos cientistas e técnicos da Comissão de Demarcações dos Limites das fronteiras lusa e espanhola, para os levantamentos de mapas e desenhos das mais variadas naturezas das terras coloniais. Essa política de fundo estratégico, com as determinações impostas pelo governo, acabou favorecendo a aproximação de vários desses profissionais, que enriqueceram com seus saberes nas mais diversas especialidades nos campos científicos, os trabalhos executados na região. Assim parece ter ocorrido com o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e o arquiteto e também naturalista Antonio Landi. O convívio destes cientistas na região, especialmente na Capitania de São José do Rio Negro, certamente expandiu-se além das questões políticas de rígido controle do território, e pela qual estavam ali para defender. O resultado dessa aproximação e intercâmbio científico são responsáveis por belos exemplares de desenhos executados por Landi e que viriam estampar os álbuns da Viagem Filosófica.

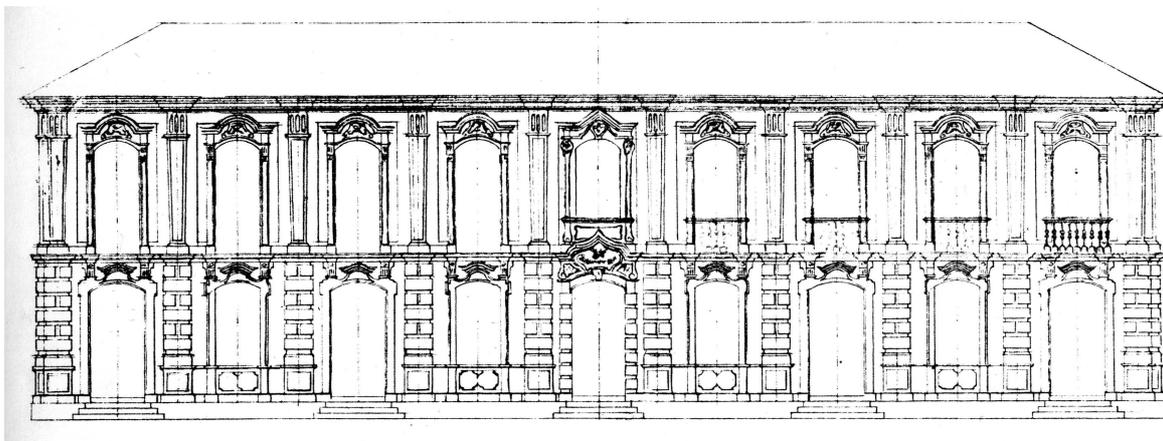


Igreja e Convento das Mercês de Belém. Projeto parcial de Antonio Landi. Bairro da Campina  
Autor: J.J.Codina. Original do Arquivo Público do Pará.

Fonte: ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 1783-1792*, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro 1971.



Igreja de São João Batista. Projeto de Antonio Landi  
Bairro da Cidade Velha  
(Foto da autora).



**Frontaria das casas de Manoel Raimundo Alves da Cunha**

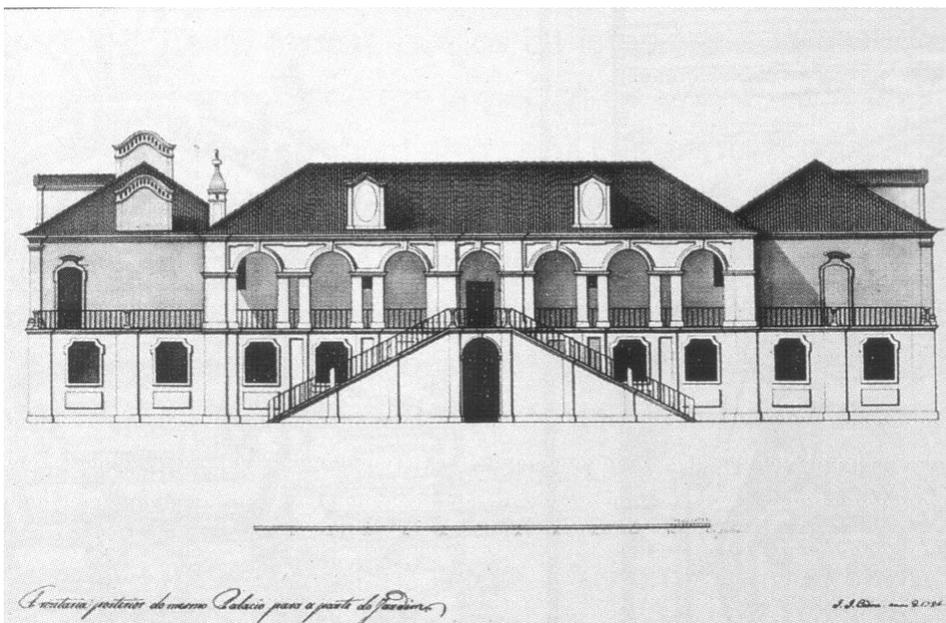
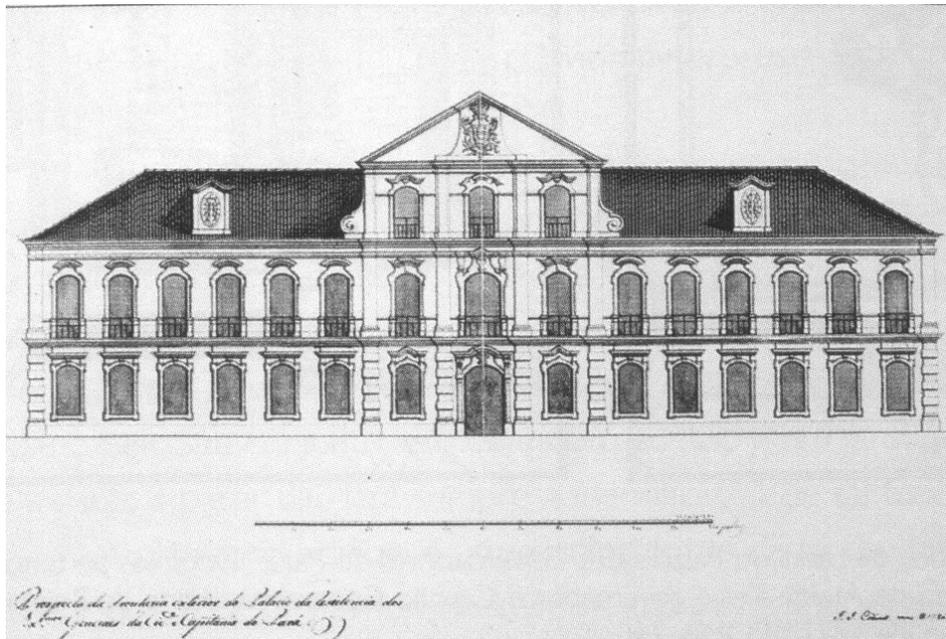
Autor: J.J Codina. Original do Arquivo Público do Pará.

Fonte: ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. 1783-1792, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro 1971.



**Casas de Manoel Raimundo Alves da Cunha**

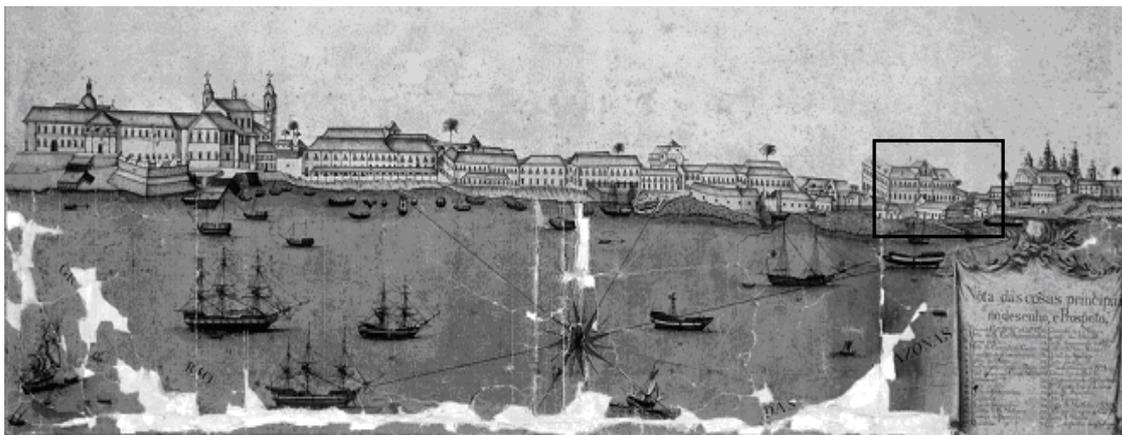
Projetada por Antônio Landi, atualmente bastante descaracterizada, compõe o cenário do centro antigo de Belém, no bairro da Campina. Rua João Alfredo (antiga dos Mercadores) com Travessa Frutuoso Guimarães (antiga Travessa da Mercês). (Foto da autora).



**Prospectos: frontal (abaixo) e posterior (acima) do Palácio dos Governadores**

Autor: J. J. Codina. Original do Arquivo Público do Pará.

Fonte: ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. 1783-1792, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro 1971, est. 18 e 19. A planta do Palácio possui 2 pavimentos e apenas no corpo central da fachada ergue-se um terceiro piso. A fachada posterior (acima) está voltada para o jardim existente no interior da edificação. Está situado no bairro da Cidade Velha.



Prospectiva da Cidade de S.ta. Maria de Belém do Grão Pará.. (ca 1800)

FONTE: NESTOR GOULART REIS, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Imprensa Oficial, São Paulo 2000.

Imagem dos sobrados padronizados da rua da Praia; juntos, formavam uma espécie de fachada de frente para o rio. Do lado direito, ao fundo, observa-se o Palácio dos Governadores e, compondo a implantação do edifício, sua majestosa praça, ambos concebidos por Landi.